



Salvador - 2018

OSCAR NIEMEYER E OS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO BRASIL: ENTRE O INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO E O CULTO À GENIALIDADE.

*OSCAR NIEMEYER AND ARCHITECTURAL COMPETITIONS IN BRAZIL:
BETWEEN THE DEMOCRATIC INSTRUMENT AND THE CULT OF GENIOUS*

*OSCAR NIEMEYER Y LOS CONCURSOS DE ARQUITECTURA EN BRASIL:
ENTRE EL INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO Y EL CULTO A LA GENIALIDAD.*

SIMPÓSIO TEMÁTICO: NIEMEYER PLURAL: ARTE, CULTURA E TÉCNICA

SOBREIRA, Fabiano

Arquiteto e Urbanista, Doutor em Desenvolvimento Urbano; Professor do Centro Universitário de Brasília e do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados

contato@fabianosobreira.arq.br



Salvador - 2018

OSCAR NIEMEYER E OS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO BRASIL: ENTRE O INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO E O CULTO À GENIALIDADE.

*OSCAR NIEMEYER AND ARCHITECTURAL COMPETITIONS IN BRAZIL:
BETWEEN THE DEMOCRATIC INSTRUMENT AND THE CULT OF GENIOUS*

*OSCAR NIEMEYER Y LOS CONCURSOS DE ARQUITECTURA EN BRASIL:
ENTRE EL INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO Y EL CULTO A LA GENIALIDAD.*

SIMPÓSIO TEMÁTICO: NIEMEYER PLURAL: ARTE, CULTURA E TÉCNICA

RESUMO:

Os concursos de arquitetura são, historicamente, pouco utilizados pelos gestores públicos no Brasil. Em média, são realizados menos de dez concursos por ano, enquanto em países que construíram uma cultura pública de contratação de projetos baseada em concursos, como a Alemanha ou a França, são realizados centenas. Várias são as razões que podem ser apontadas para o “insucesso” dos concursos de arquitetura no Brasil. Uma delas, argumenta-se, é o “culto à genialidade”. É nesse contexto que se pretende abordar neste artigo a influência do arquiteto Oscar Niemeyer e do “culto à genialidade” sobre a ausência de uma política pública de concursos públicos de Arquitetura no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura, concursos, genialidade, oscar niemeyer.

ABSTRACT:

Architectural competitions are, historically, rarely used by the public managers in Brazil. On average, fewer than ten competitions per year are held, while in countries that have built a competition-based public procurement culture, such as Germany or France, hundreds are held yearly. There are several reasons that may be pointed out for the "failure" of architectural competitions in Brazil. One of them, it is argued, is the "cult of genius". It is in this context, one intends to approach, in this paper, the influence of the architect Oscar Niemeyer and the "cult of genius" over the absence of a public policy of architecture competitions in Brazil.

KEYWORDS: architecture, competitions, genius, oscar niemeyer.

RESUMEN:

Los concursos de arquitectura son, históricamente, poco utilizados por los gestores públicos en Brasil. En promedio, se realizan menos de diez concursos por año, mientras que en países que han construido una cultura pública de contratación de proyectos basada en concursos, como Alemania o Francia, se realizan cientos. Varias son las razones que pueden ser apuntadas para el "fracaso" de los concursos de arquitectura en Brasil. En este contexto se pretende abordar en este artículo la influencia del arquitecto Oscar Niemeyer y del "culto a la genialidad" sobre la ausencia de una política pública de concursos públicos de Arquitectura en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: arquitectura, concursos, genialidad, oscar niemeyer.

INTRODUÇÃO

Os concursos de arquitetura são, historicamente, pouco utilizados pelos gestores públicos no Brasil. Em média, são realizados menos de dez concursos por ano, enquanto em países que construíram uma cultura pública de contratação de projetos baseada em concursos, como a Alemanha ou a França, são realizados centenas anualmente (SOBREIRA, 2014; 2015). Várias são as razões que podem ser apontadas para o “insucesso” dos concursos de arquitetura no Brasil. Uma delas, argumenta-se neste artigo, é o “culto à genialidade”.

A gestão de um concurso de arquitetura é complexa, como a de todo instrumento baseado em premissas como democracia, transparência e igualdade de oportunidades, pois expõe em uma “arena pública” (QUINCY, 1801) os conflitos de interesse, os debates e as tomadas de decisão. Tal “exposição pública” promovida pelo concurso nem sempre interessa àqueles gestores que – seja em regimes democráticos ou ditatoriais – priorizam os interesses individuais e a autonomia nas tomadas de decisão, em detrimento do interesse público e da participação coletiva.

Afinal, devem pensar tais gestores: por que enfrentar um processo complexo (e eventualmente controverso) como um concurso, se a solução pode ser facilmente obtida junto ao arquiteto de sua confiança e que ao mesmo tempo goza do respeito do campo profissional, tanto no contexto nacional quanto internacional? Ao mesmo tempo, a cultura arquitetônica no país foi sempre baseada na qualidade excepcional das individualidades, na originalidade dos traços, enfim, na genialidade.

É nesse contexto que se pretende abordar neste artigo a influência do arquiteto Oscar Niemeyer e do “culto à genialidade” sobre a ausência de uma política pública de concursos públicos de Arquitetura no Brasil.

Este trabalho tem como um dos pontos de partida o artigo publicado em 2013, na revista de Sociologia da USP, intitulado “A gestão da carreira dominante de Oscar Niemeyer” (DURAND e SALVATORI, 2013), em que os autores se debruçam sobre a presença do arquiteto no meio arquitetônico brasileiro e apontam...

“...os paradoxos e as insatisfações que desabrocham quando alguém se toma e é tomado como *hors concours* em um espaço no qual a vitória em concurso público é considerada o único critério democrático de acesso à grande encomenda governamental (DURAND e SALVATORI, 2013, p.158).

No referido artigo, além de outros eventos, os autores listam alguns concursos que sofreram a influência da presença dominante de Oscar Niemeyer. No presente trabalho, propõe-se retomar, ampliar e traçar um olhar panorâmico sobre esse conjunto de eventos e seus desdobramentos sobre a atual política de contratação pública de projetos.

Outra referência para este trabalho é a pesquisa realizada desde 2016 sobre a recepção editorial dos concursos de projeto nas revistas de arquitetura publicadas entre as décadas de 1930 e 1970 (SOBREIRA e RIBEIRO, 2016; FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017).

NIEMEYER E OS CONCURSOS DE ARQUITETURA

Oscar Niemeyer teve poucas, porém determinantes, participações ou interferências em concursos ao longo dos quase oitenta anos de carreira (1934-2012). O fato de ter sido rapidamente incluído nos círculos políticos relacionados à construção de obras públicas (Getúlio Vargas - 1930-1945 e Juscelino Kubitschek, como prefeito, governador e presidente - 1939-1960) e de ter conquistado muito cedo o respeito e a admiração no campo profissional (em especial por parte de outra figura dominante: Lucio Costa) foram determinantes para que os concursos não fossem necessários para a sua afirmação profissional.

Tanto nos regimes democráticos quanto nos ditatoriais, Oscar Niemeyer sempre esteve bem situado nos meios político e profissional, de forma que as encomendas públicas nunca lhe faltaram, às quais quase sempre respondeu com agilidade, criatividade e originalidade, o que naturalmente conduziu a novas demandas e realizações. Além disso, o discurso de Oscar Niemeyer, sempre associado à originalidade e à inventividade de suas obras, raramente associadas ao trabalho coletivo, reforçaram o mito da individualidade e da genialidade (PEREIRA, 1997; MACEDO, 2008; MACEDO e SOBREIRA, 2009; FICHER e MACEDO, 2014; SILVA, 2014).

No mesmo ano em que foi publicada a Lei 125/1935 que tornava obrigatório o concurso para “edifícios públicos de grandes proporções”, era cancelado o concurso para o Ministério de Educação e Saúde, cujo projeto - como amplamente registrado pela historiografia (SEGRE, 2013) - passaria à responsabilidade do jovem Lucio Costa (33) e de sua equipe de ainda mais jovens colaboradores (alguns deles ex-alunos que participaram da greve da Escola Nacional de Belas Artes em protesto à exclusão do mestre), entre os quais Oscar Niemeyer (28), com a consultoria de Le Corbusier.

Pode-se considerar tal evento como a primeira interferência (mesmo que indireta) de Niemeyer sobre um concurso. O evento e seus desdobramentos foram determinantes para a carreira do arquiteto, que depois assumiu a coordenação dos trabalhos de desenvolvimento dos projetos. As habilidades do jovem discípulo deixaram orgulhoso o mestre Lucio Costa, que escreveu a Le Corbusier, em julho de 1937: “Oscar, que após sua partida tornou-se a estrela do grupo...”. (SANTOS, 1987, p.180).

Em 1936, aos 28 anos, Oscar Niemeyer participou de concursos em que se destacou, porém não venceu: para a Sede da ABI (em co-autoria com Fernando Saturnino de Brito e Cassio Veiga de Sá) e para o Ministério da Fazenda (em co-autoria com José de Souza Reis e Jorge Machado Moreira).

Apesar de não ter vencido o concurso para a sede da ABI, o projeto de Oscar Niemeyer e equipe (terceiro lugar) foi publicado na edição de novembro de 1936 da Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal (Revista PDF). O projeto vencedor, dos irmãos M.M. Roberto, não foi publicado na revista, que em setembro também havia publicado o segundo lugar.

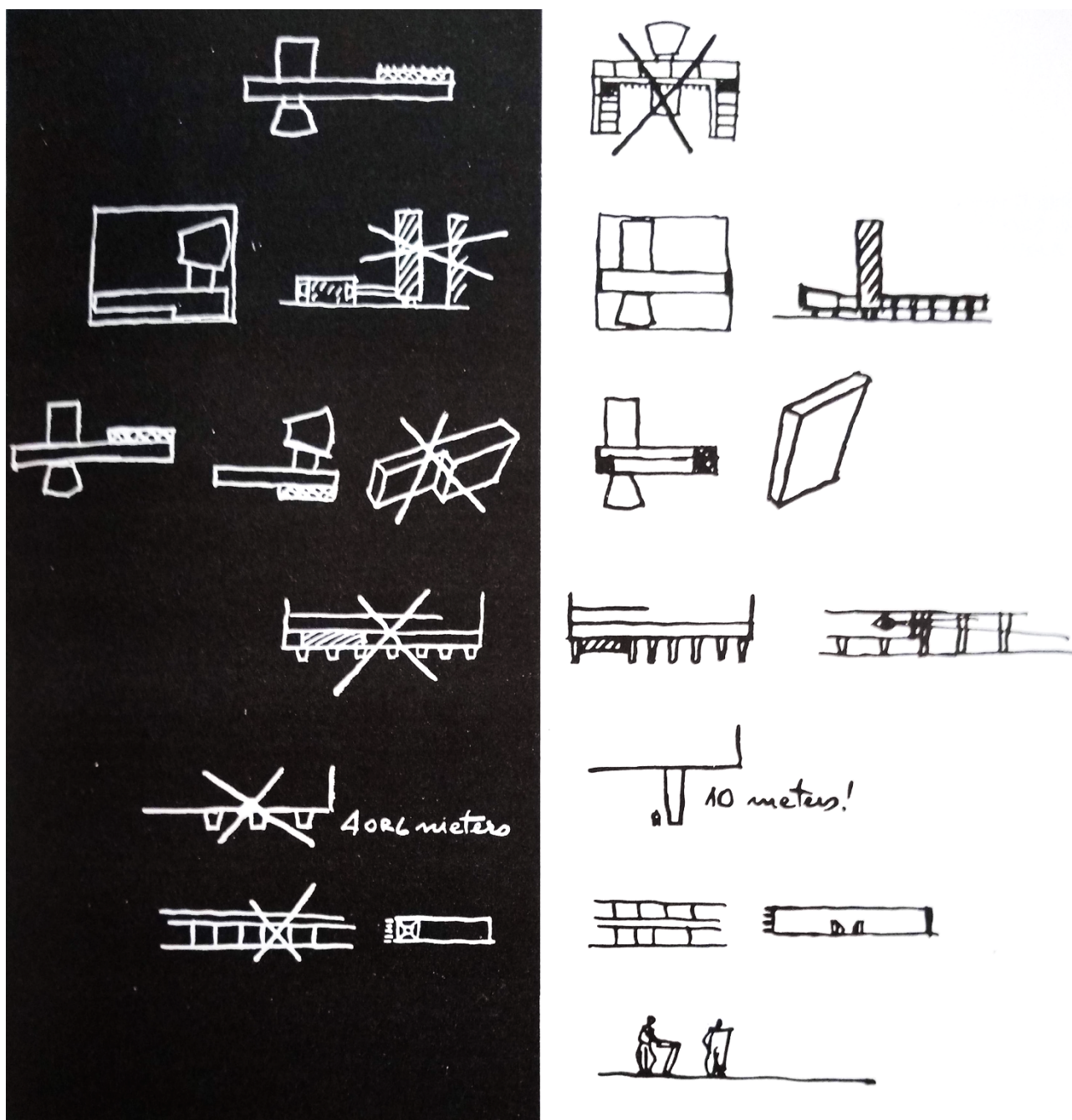


Figura 1: croquis de Oscar Niemeyer sobre a evolução do projeto do MES
Fonte: SANTOS (1987, p.183)

A Revista *PDF*, enquanto esteve sob a direção de Carmen Portinho (até 1937) foi um ambiente editorial acolhedor às ideias de Lucio Costa e seus seguidores. Trata-se de período marcado pelo recolhimento de Costa (pós-afastamento da ENBA) e maturação de suas ideias sobre a arquitetura contemporânea (que seriam materializadas no projeto para a sede do MES).

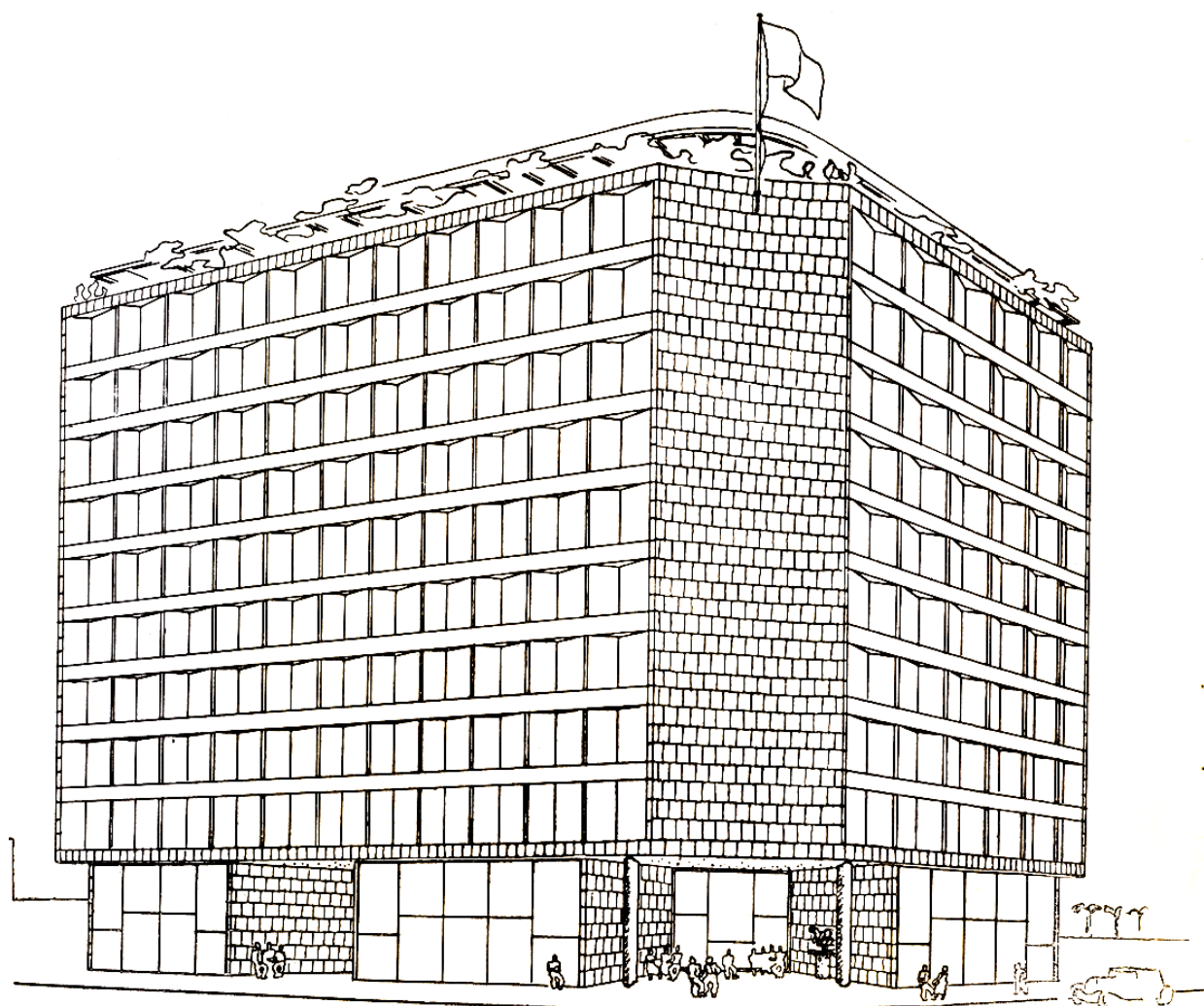


Figura 2: proposta de Oscar Niemeyer, Fernando Saturnino de Brito e Cassio Veiga de Sá para o concurso da sede da ABI, 1936

Fonte: (Revista PDF, n. n.VI, vol. III, novembro de 1936, p.334)

O primeiro número da revista *PDF*, em 1932, por exemplo, publicou o projeto de “Apartamentos econômicos”, resultante da parceria entre Costa e Warchavchik, seu companheiro de transformações pedagógicas na ENBA. Em janeiro de 1936 a revista publicou o texto de Lucio Costa (até então inédito) “Razões da nova arquitetura”. Em maio, publicou apenas a proposta de Costa (não premiada) para o concurso da Vila Operária de Monlevade, sem referência aos projetos premiados nem aos demais participantes.

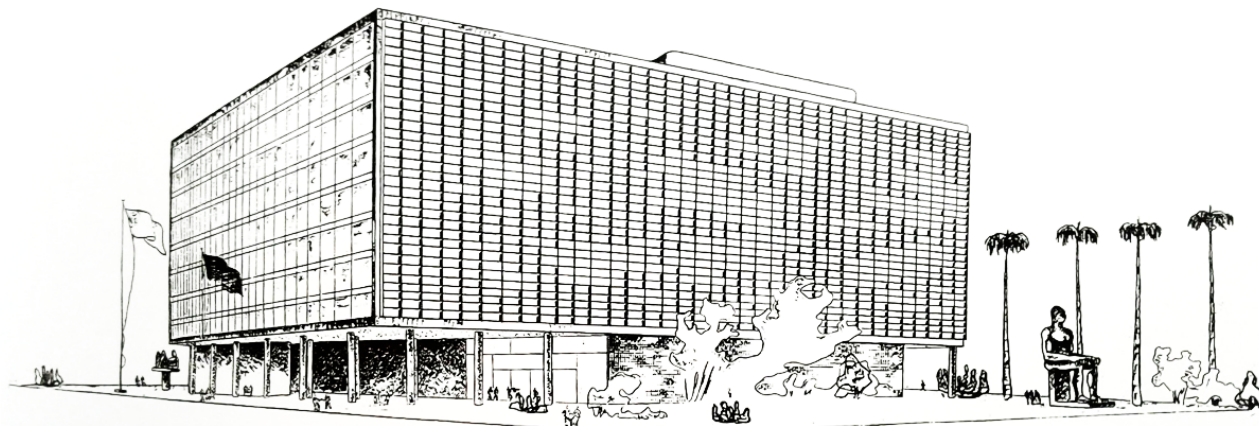


Figura 3: proposta de Oscar Niemeyer, José de Souza Reis e Jorge Machado Moreira para o concurso do Ministério da Fazenda (segundo lugar)
Fonte: (SEGRE, 2013, p.133)

Em 1938, no célebre concurso para o Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Nova Iorque (COMAS, 2010a), Lucio Costa venceu o concurso, mas ao reconhecer a qualidade do projeto classificado em segundo lugar, de Oscar Niemeyer, propôs que fosse realizado um projeto em conjunto com o seu “pupilo”. Segundo Costa:

Levei o Oscar comigo para Nova York a fim de elaborarmos novo projeto para o Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de 1939, porque foi depois da vinda de Le Corbusier em 36, por iniciativa minha, que a sua criatividade se revelou subitamente, com grande força inventiva; entendi então que era o momento dele desabrochar e ser reconhecido internacionalmente. (COSTA, 1995, p.194).

O resultado da parceria entre os jovens Niemeyer (30) e Costa (36) no projeto do pavilhão de Nova Iorque foi uma das obras mais emblemáticas da nova geração, que – apesar de efêmera - contribuiria para a celebração da arquitetura brasileira no cenário internacional a partir do *Brazil Builds* (GOODWIN, 1943). O concurso enquanto instrumento de seleção, no entanto, foi subvertido. O vencedor se tornou o juiz e decidiu, contrariando a opção da comissão julgadora, qual projeto deveria ser executado. Afinal, como destacou Costa: “o que estava em jogo era a boa causa da arquitetura.” (COSTA, 1995, p. 194)

Até mesmo a encomenda para o Complexo da Pampulha (1940), projeto considerado pelo próprio Niemeyer como o marco fundamental de sua carreira (MACEDO, 2008), resultou do insucesso de um concurso, conforme declarou Juscelino Kubitschek, em 1975:

Indeciso sobre os caminhos a seguir, resolvi abrir um concurso, de forma a obter a cooperação dos artistas nacionais. Foi outro desapontamento - talvez, se se quiser, a segunda pedra no caminho. Revelaram-se inaceitáveis os projetos apresentados, quase todos vazados em estilo convencional, segundo os padrões dos edifícios públicos. Para se ter ideia, basta dizer que alguns - talvez pela popularidade, na época, do Cassino Hotel Quitandinha - apresentavam variações do mesmo estilo normando, verdadeira aberração em face do gênero fluido de beleza que, na Pampulha, extasiava os olhos.” (KUBITSCHKEK, 1975, p.15)

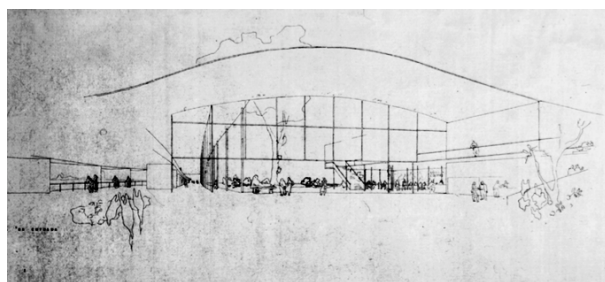
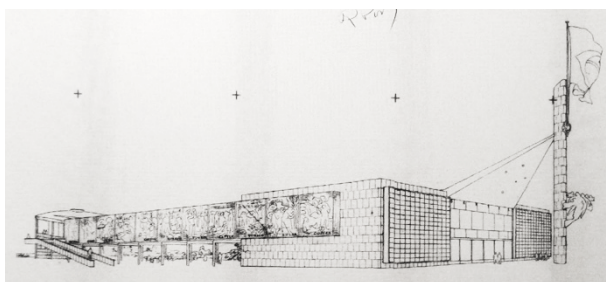


Figura 4: Pavilhão do Brasil em Nova Iorque, 1938/39. Acima, à esquerda: proposta vencedora, de Lucio Costa (Fonte: SEGRE, 2013, p.139). Acima, à direita: segundo lugar, de Oscar Niemeyer (Fonte: COMAS, 2010, p.65). Abaixo: pavilhão, projeto conjunto de Costa e Niemeyer (Fonte: Brazil Builds, Goodwin, 1943, p.195)

O conjunto da Pampulha também foi destacado no *Brazil Builds*, ampliando a aura de genialidade em torno do ainda jovem Oscar Niemeyer. O episódio do concurso cancelado para a Pampulha e seus desdobramentos, que culminaram na contratação de Oscar Niemeyer, simbolizam o paradoxo do gestor público, tal como mencionado no início deste artigo, ao ter que optar entre a incerteza do concurso e a certeza da genialidade.

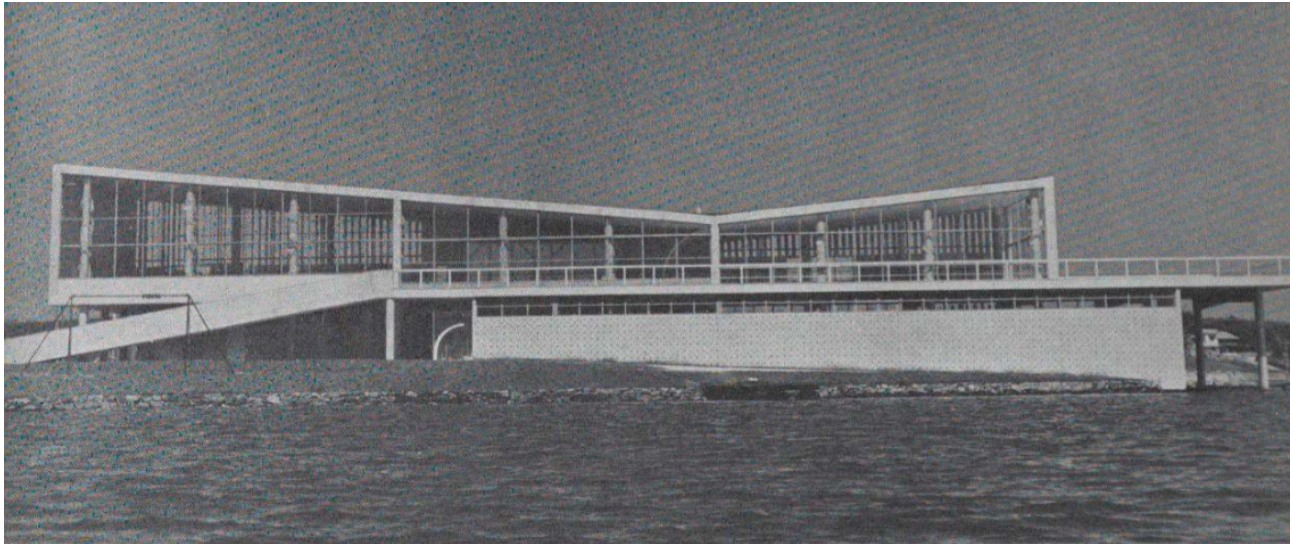


Figura 5: Complexo da Pampulha. Iate Clube. Projeto de Oscar Niemeyer. Registro do *Brazil Builds*.

Fonte: (GOODWIN, 1943, p.133)

O Prefeito de Belo Horizonte se tornaria Governador de Minas Gerais, depois Presidente do Brasil, e o seu arquiteto de confiança o acompanharia em cada uma das etapas da vida política, em que a opção pela genialidade prevaleceu em detrimento do concurso.

Em 1941, Niemeyer participou e não foi premiado no concurso para a Escola Nacional de Educação Física no Rio de Janeiro. Uma nota publicada na revista *Acrópole* (n.41) em setembro de 1941, assinada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), dava a entender que Oscar Niemeyer havia apresentado proposta para o estádio, que havia sido recusada pelo departamento, favorável à realização de concurso:

Este Departamento, entretanto, ainda que não ponha em dúvida a capacidade técnica e a idoneidade profissional do proponente, atendendo, porém, ao vulto e à elevada estimativa de custo daquelas construções, de caráter monumental, é de parecer que, no caso, se justificaria plenamente a abertura de concurso para a seleção e desenvolvimento do projeto a ser executado conforme estabelece a lei n. 125, de 3 de dezembro de 1935, em seu artigo 5.º (CONCURSO de projetos..., 1941, s.p)

O concurso para o Estádio Nacional (que se tornaria o Maracanã) passou por longo processo de discussões (COMAS, 2010b) que culminaria com a escolha, em 1947, do projeto assinado pela equipe coordenada pelos arquitetos Miguel Feldman, Waldir Ramos, Raphael Galvão, Oscar Valdetaro, Orlando Azevedo, Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Dias Carneiro.

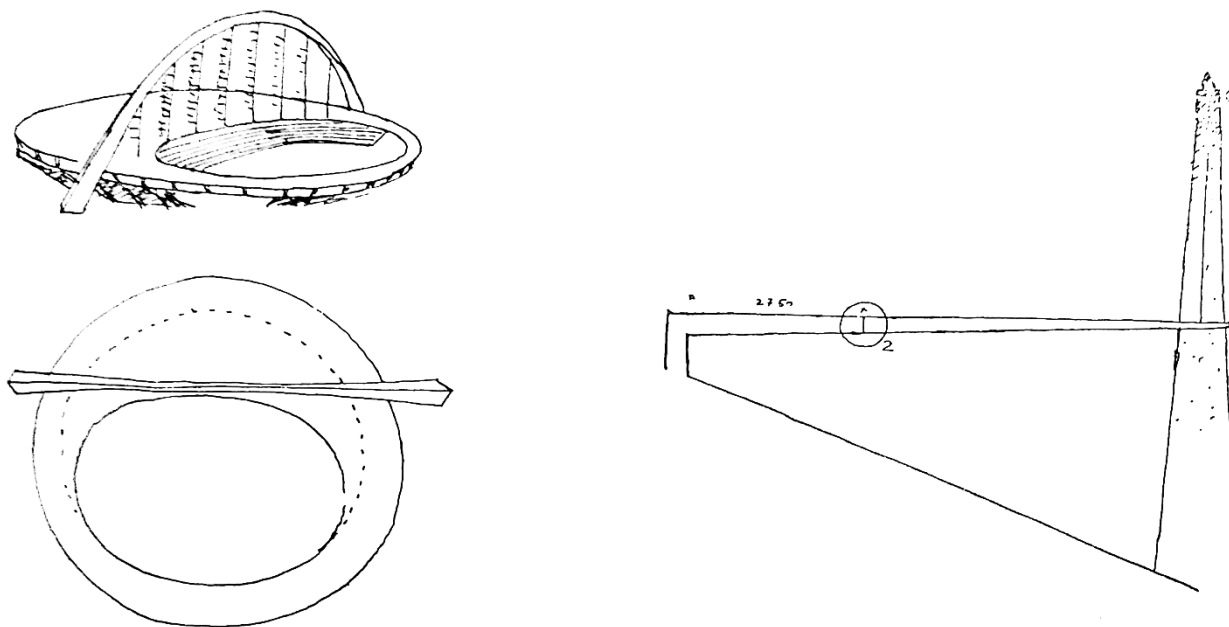


Figura 6: Estádio Nacional (Maracanã). Croquis de Oscar Niemeyer sobre o projeto de sua autoria, submetido ao concurso.
Fonte: (MONDADORI, 1975, p.44)

A proposta de Niemeyer para o Maracanã foi finalmente descartada. Anos depois, Niemeyer admitia a superioridade do projeto finalmente escolhido:

O tempo passou, e assíduos frequentadores do futebol fomos sentido o nosso equívoco. O importante era, ao contrário, manter em todo o estádio a mesma densidade de público, e com isso o clima de festa desejado se multiplicaria, a euforia geral a se propagar por todo o estádio” (NIEMEYER, 2000, p.23)

Sobre o episódio, Niemeyer ainda acrescentaria detalhes do seu encontro, anos depois, com Getúlio Vargas, que já não estava na presidência quando o projeto do arquiteto foi preterido:

Quanto equívoco! Recordo-me, muitos anos depois, quando uma noite, estando na casa da embaixatriz Maria Martins, em Petrópolis, o presidente Getúlio Vargas, amigo de seu marido, apareceu dizendo para mim, que nunca o tinha visto antes: “Dr. Niemeyer, se eu tivesse ficado no governo, seu projeto para o Estádio Nacional teria sido construído.” Sorri, sem falar nada, mas com vontade de afirmar: “O outro era melhor”. (NIEMEYER, 2000, p.23)

Em 1947 Niemeyer venceu o concurso para o Centro Técnico da Aeronáutica, em São José dos Campos, São Paulo, projeto marcado por controvérsias e confrontações, desde o resultado até a contratação e a construção do complexo.



Figura 7: Centro Técnico da Aeronáutica. Projeto de Oscar Niemeyer. Concurso, 1947.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer (<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro027>)

O concurso teria sido determinante para o afastamento entre Niemeyer e Reidy. Os dois, que compartilhavam espaço e até mesmo desenhistas à época (teriam chegado a iniciar a formulação do projeto para o concurso em conjunto) se teriam se desentendido durante o processo (MORI, 2013). O júri destacou a semelhança entre os projetos de Niemeyer e Reidy, porém elegeu o primeiro como vencedor. Reidy chegou a questionar a abordagem do júri e o resultado em reunião do IAB (FLYNN, 2001).

Após assinar o contrato para o desenvolvimento do projeto, o cenário político nacional e internacional de perseguição aos comunistas, militantes e simpatizantes da esquerda levaram ao afastamento de Niemeyer do processo, por parte do então Presidente das República, Eurico Gaspar Dutra, que assumira o posto no lugar de Getúlio Vargas. O episódio teria sido determinante para que Niemeyer não mais concorresse em concursos (DURAND e SALVATORI, 2013).

Naquele mesmo ano (1947), Niemeyer foi convidado a integrar a comissão (composta por dez arquitetos destacados no cenário internacional) que projetou a Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque em um “processo colaborativo”. Apesar da premissa da colaboração, trata-se de um processo marcado por disputas internas e embates, especialmente entre as ideias de Oscar Niemeyer e de Le Corbusier (SILVA, 2017).

A opção da instituição pela formação de uma “comissão de ilustres” decorre certamente do trauma e das polêmicas em torno do concurso para a Sociedade das Nações em Genebra, vinte anos antes (1927), cujo

resultado havia sido amplamente questionado em um contexto de embates entre o emergente “movimento moderno” e os estilos “classicizantes”. Conforme ressalta o pesquisador Jean-Pierre Chupin: “Le Corbusier não se contentou com a derrota, e se utilizou desse concurso como um emblema do combate da arquitetura moderna contra o academicismo, fazendo de seu projeto um verdadeiro símbolo” (CHUPIN, 2014, p.211).

Quanto às colaborações e aos embates no processo “colaborativo-competitivo” para o projeto das Nações Unidas em Nova Iorque, em determinado momento várias possibilidades estavam sendo traçadas e discutidas pelos arquitetos da comissão. Ao final de longo processo de discussões, a proposta de Oscar Niemeyer (esquema 32) foi acolhida e em seguida combinada à de Le Corbusier (esquema 23), gerando o esquema 23-32, utilizado como base para a versão final do projeto. Sobre a “disputa” entre Niemeyer e Corbusier e as discussões em torno dos “esquemas” propostos por cada arquiteto, o arquiteto Elcio Gomes (2017) destaca:

Ao término da reunião, Corbusier declarou que estava de acordo com a definição e disse que o projeto de Niemeyer era elegante. No entanto, os registros em seu caderno apontam o real sentimento sobre a decisão, em favor do esquema escolhido, com dois desenhos emblemáticos. No primeiro representa a graciosidade de uma figura humana em repouso, marcada com o número 23, no segundo o tronco decapitado flutuando e as pernas cortadas, com o número 32 (SILVA, 2017, p.77)

A obra da Sede das Nações Unidas em Nova Iorque foi concluída em 1952, mesmo ano em que a Prefeitura de São Paulo realizou mais um concurso para o Paço Municipal de São Paulo (outros eventos haviam sido realizados e cancelados em 1939 e 1946). O novo concurso foi também cancelado e Oscar Niemeyer (que não havia participado do concurso) apresentou proposta alternativa, em conjunto com Eduardo Corona (principal articulista da revista *Acrópole*) e equipe da prefeitura.

Naquela ocasião Niemeyer, além de já gozar de prestígio nacional e internacional (a participação no projeto para as Nações Unidas contribuiu naturalmente para isso), já era bastante respeitado nos meios político e profissional de São Paulo, onde era responsável por uma série de projetos e obras (construídas ou em andamento), como os edifícios Montreal (1950), Califórnia (1950), Copan (1951) e Eiffel (1952), além do importantíssimo Parque Ibirapuera, inaugurado em 1954 (FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017), que apesar de se tratar de obra pública de relevância, foi encomendado a Niemeyer sem a realização de concurso.

Em março de 1953 foi publicado o número 179 da *Acrópole*, que traz na capa imagem a proposta de Oscar Niemeyer para o Paço Municipal. O artigo “O Paço Municipal de São Paulo” é assinado por Carlos Gomes Cardim Filho (CARDIM FILHO, 1953), Diretor do Departamento de Urbanismo de São Paulo (e um dos autores do projeto) traz breve histórico sobre os concursos realizados anteriormente para o Paço e as razões do cancelamento do último. De acordo com Cardim Filho, inscreveram-se 23 concorrentes, tendo sido apresentados apenas 11 projetos.

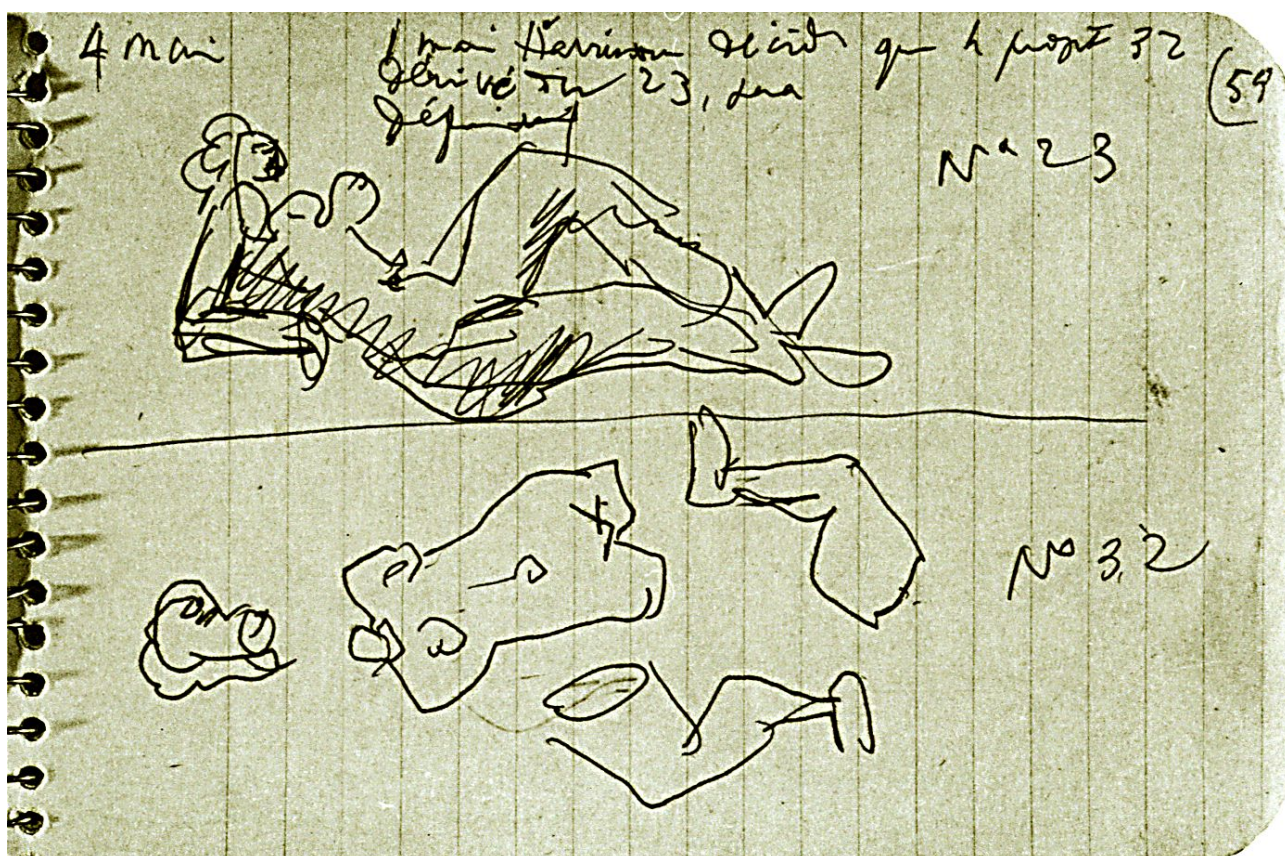
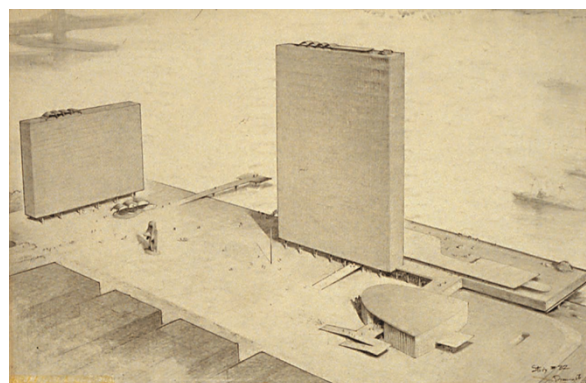
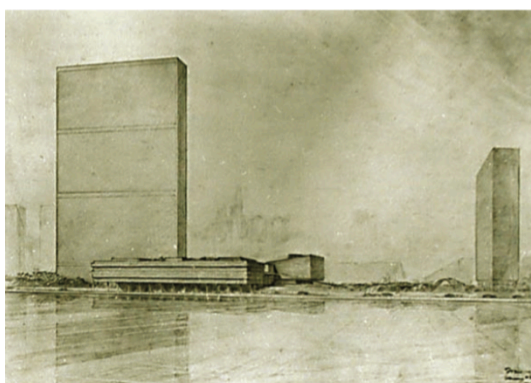


Figura 8: Projeto da Sede das Nações Unidas.

Acima, à esquerda: esquema 23, de Le Corbusier. Acima, à direita, esquema 32, de Oscar Niemeyer (desenhos de Hugh Ferriss). Abaixo: registros do caderno de anotações de Le Corbusier, em que o arquiteto franco-suíço revela sua insatisfação com o descarte de seu esquema, em favor do esquema proposto por Niemeyer.

Fonte: (SILVA, 2017, p. 69, 74 e 78)

Como razões para o insucesso do concurso para o Paço Municipal de São Paulo, o Júri teria mencionado, segundo Cardim, o prazo exíguo diante da complexidade do objeto (90 dias). O autor argumenta que nenhum dos concorrentes abordou suficientemente "o problema preliminar e básico de urbanização e preparo plástico do espaço aberto proposto", em especial o desafio da inclusão de grandes auditórios no programa. O autor ainda afirmou que todos os projetos apresentaram infrações às exigências do edital, destacando o parecer final do Júri: "Assim sendo, não haveria prêmios a conferir e anteprojetos a classificar" (CARDIM FILHO, 1953).

Diante do parecer do Júri, o Prefeito constituiu uma "Comissão Orientadora" (talvez inspirada na comissão das Nações Unidas, porém com a participação de apenas um ilustre) que seria responsável pelo novo projeto do Paço Municipal, sob a coordenação do próprio Carlos Cardim, em conjunto com os arquitetos Oscar Niemeyer, Alfredo Giglio, Julio Cezar Lacreta, Carlos Lodi, Mario Henrique Pucci e Eduardo Corona. O projeto não foi construído e não houve outro concurso para o Paço Municipal.

Cinco anos depois foi lançado o edital para o concurso para o Plano Piloto de Brasília, em 1957, que é certamente o exemplo mais emblemático da influência (direta e indireta) de Oscar Niemeyer em uma seleção pública de projetos.

Em Janeiro de 1956, no mesmo mês da posse de JK como Presidente da República, foi publicado artigo do jornalista Geraldo Ferraz no número 26 da revista *Habitat*. Ferraz era o editor responsável pela seção de Arquitetura da revista. No artigo, intitulado "Deve-se sempre proceder a concursos de arquitetura" (FERRAZ, 1956) o jornalista e crítico de arte convoca os arquitetos a uma postura efetiva em defesa dos concursos:

Visa-se, com isto, além da prática dessas excelências a atingir, uma renovação nos valores humanos que intervirão na história da construção das cidades e dos edifícios. Visa-se eliminar o 'medalhão' garantido pelos favores da autoridade e dos responsáveis – impedindo que o 'medalhão' seja empregado como cartaz de propaganda, o que implica numa nova feição do mercantilismo arquitetônico facilmente exemplificável. Mas se visa, também, a que surjam novos valores na concepção e nos fatores dos melhores projetos, aparição que se tornaria impossível sem que essas questões fossem encaminhadas pela livre escolha entre propostas diversas, apresentadas sob estrito sigilo" (FERRAZ, 1956, p.26)

O artigo de Ferraz foi publicado entre os efeitos e as tensões de uma série de eventos que envolviam encomendas diretas de projetos ao mesmo arquiteto, Oscar Niemeyer: o Complexo do Ibirapuera; o Paço Municipal de São Paulo e os projetos para a Nova Capital, cuja forma de contratação ainda não estava oficialmente anunciada, mas já era objeto de especulações diante dos debates políticos em curso sobre a transferência da capital e o prestígio de Niemeyer junto ao recém-empossado Presidente da República.

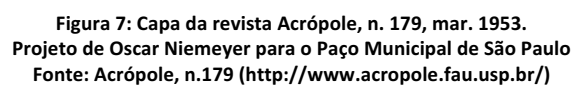


Figura 7: Capa da revista Acrópole, n. 179, mar. 1953.
Projeto de Oscar Niemeyer para o Paço Municipal de São Paulo
Fonte: Acrópole, n.179 (<http://www.acropole.fau.usp.br/>)

Em fevereiro de 1956 a *Acrópole* (n.210) publicou artigo intitulado “A Nova Capital e os arquitetos” (IAB-SP, 1956a), em que o Instituto ratificava a cobrança de participação dos arquitetos brasileiros no projeto e a necessidade do concurso público. Nessa nota foi apresentada a transcrição de trechos de Ofício enviado pelo IAB à Presidência da República, que continha as premissas do Instituto para o edital do concurso para a Nova Capital:

...necessidade de escolher profissionais que participem desde o início dos trabalhos de planejamento definitivo; princípio de concurso público para a escolha desse profissional, ou profissionais ou equipe; o concorrente será brasileiro, podendo posteriormente completar sua equipe com profissionais estrangeiros; constituição de comissão especial de concurso, que prepararia o edital com participação de representante do IAB; constituição de júri, integrado por três urbanistas estrangeiros de renome internacional, dois representantes do IAB, um representante das associações de engenheiros brasileiros, um representante do Presidente da República, sob a presidência do presidente da autarquia; o concurso para escolha de profissional se basearia numa apresentação da ordenação dos trabalhos que deverão constituir o planejamento definitivo, assim como um estudo inicial do plano regional e urbano; princípio da defesa e debate oral dos projetos concorrentes”. (IAB-SP, 1956, s.p.)

Na revista *Habitat* (n.31, 1956), em junho do mesmo ano, foi publicado artigo intitulado “Opiniões e diretrizes do Presidente da República”, certamente de autoria de Geraldo Ferraz, responsável pela editoria de Arquitetura da revista. Trata-se de artigo que faz referência a uma entrevista concedida pelo Presidente ao jornalista Flávio de Aquino. No artigo a editoria da revista cobra de Juscelino Kubitschek a realização - “sempre” - de concursos públicos:

Não sabemos porque o presidente da República, que põe um clima de liberdade condicionando o pensamento artístico e a autenticidade, em primeiro plano, não quis fazer referências à necessidade de optar o poder público pela realização SEMPRE de concursos públicos (...) Não conhecemos outro método oficial para que haja incentivo e adequada cooperação, no desenvolvimento das artes plásticas, incluindo nelas arquitetura e urbanismo, do que o cotejo das soluções em relação aos objetivos de construção, de determinação de obra de caráter público.” (OPINIÕES..., 1956, s.p.)

Na sequência, o artigo afronta diretamente o Presidente da República e suas preferências pessoais na escolha do arquiteto de confiança para suas obras:

Se o presidente da República vier a adotar essa orientação [o concurso], e dela não se afastar, para benefício deste ou daquele arquiteto ou pintor, destes ou daqueles grupos de artistas, ele dará também um remate aos rumores de suas preferências para com estes ou aqueles nomes, o que é imprescindível, no papel que lhe cabe de presidir aos brasileiros, sem facção, e sem individualizar a sua estima e a sua consideração, pois o que importa é o meio técnico e profissional, e não estes ou aqueles artistas ou técnicos. (...) O presidente da República não tem outro caminho a seguir a não ser esse, de estabelecer SEMPRE concursos de projetos, quando se trate de incentivar a arte nacional.” (OPINIÕES, 1956, s.p.)

A abordagem direta e contundente do artigo é um reflexo claro das tensões em torno dos rumores sobre a iminente contratação de Oscar Niemeyer para realizar o projeto da Nova Capital, o que frustraria as expectativas em torno do concurso.

Em Julho de 1956, na *Acrópole* (n.214), foi publicado o artigo “Novamente a Capital Federal” (IAB-SP, 1956b), que apresenta transcrição de ofício enviado pelo IAB (Departamento Central, presidido por Ary Garcia Roza) ao Presidente da República. No documento são ressaltadas a necessidade de restrição do projeto aos profissionais diplomados e brasileiros e a importância do concurso, como “melhor critério para seleção dos valores (...), em obediência às normas recomendadas para obras de caráter monumental”. O documento é finalizado com a defesa de que o IAB fosse o responsável pela organização do concurso, inclusive pela definição do programa e pela composição do júri. A esse respeito, o IAB apresenta uma lista de arquitetos e urbanistas, da qual deveriam ser selecionados os três integrantes estrangeiros da comissão julgadora, “considerando a necessidade de garantir na realização da obra o espírito e os princípios mais adiantados do urbanismo”. São apresentados os seguintes nomes: Walter Gropius, Richard Neutra, Percy Marshall, Max Lock, Alvar Aalto, Clarence Stein, Le Corbusier e Mario Pani.

O edital foi lançado no mês seguinte, em 19 de setembro de 1956. Nenhum dos nomes sugeridos pelo IAB foi acolhido pela comissão organizadora do concurso. O edital foi elaborado pela Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, presidida não por um arquiteto, mas por Ernesto Silva, médico e oficial do Exército.

A *Acrópole* publicou o edital para o concurso do Plano Piloto na íntegra, no número 215 (setembro, 1956) seguido de trechos de entrevista concedida pelo arquiteto Garcia Roza, presidente do IAB - Departamento Central (Rio de Janeiro) ao jornal Última Hora em 28 de setembro, em que apresentava críticas ao documento e aos procedimentos da Comissão:

A mudança da Capital do Brasil não é um simples loteamento de terras. Sua realização exige estudos especializados, abrangendo vários aspectos, em vista do impacto que causará na região (...) e que passará a ser o centro de todas as atrações, tanto do ponto de vista administrativo, quanto do econômico e social. (...) O referido edital (...) vem causando, nos meios arquitetônicos brasileiros, intensa e desagradável repercussão, uma vez que não vem de encontro ao sugerido pelo Instituto. (IAB-SP, 1956c)

O arquiteto Garcia Roza solicitava, em nome do IAB, revisões no edital do concurso, em especial, nos itens 4 (o que deveria ser apresentado pelos concorrentes); 8 (composição da comissão julgadora), 15 (garantia de contratação do projeto vencedor) e 23 (contratação dos projetos dos futuros edifícios da Nova Capital).

O júri definido pela comissão organizadora do concurso, ao invés de uma composição de ilustres como solicitava o IAB, foi composto por membros de menor evidência na prática profissional e que, portanto, não entrariam em conflito com a visão de Oscar Niemeyer, peça chave da comissão e de todo o processo, não apenas por sua notoriedade nacional e internacional, mas especialmente por ser o arquiteto de confiança do Presidente da República.

Os membros estrangeiros que integraram a comissão, apesar do reconhecimento internacional, não eram “estrelas autorais” em seus campos de atuação, nem pareciam ter o perfil de confrontação com as ideias de Oscar Niemeyer, como poderia ter sido o caso de alguns dos nomes indicados pelo IAB, como Walter Gropius, Richard Neutra, Alvar Aalto, Max Lock ou Le Corbusier. Vale ressaltar, por exemplo, que apesar do respeito e da reverência de Oscar Niemeyer a Le Corbusier, há de se considerar já mencionados atritos e confrontações travados durante o processo de “projeto colaborativo” da Sede das Nações Unidas em Nova Iorque (SILVA, 2017). Além disso, antes da opção pelo concurso, Le Corbusier havia se apresentado como candidato ao

projeto do *Plan Pilote*, opção descartada por Juscelino Kubitschek (TAVARES, 2014). Em relação a Walter Gropius, é notório o episódio (1953) da confrontação decorrente dos comentários do arquiteto alemão sobre a Casa de Canoas e a reação de Oscar Niemeyer. A visão social e humanista de Max Lock certamente se confrontaria à ênfase formal do arquiteto carioca. O austro-americano Richard Neutra, em suas passagens pelo Brasil até então, havia tido mais proximidades com os arquitetos de São Paulo e demonstrava abordagem mais humanista e técnica, além do pouco contato com Oscar Niemeyer (GUERRA, A. e CRITELLI, F., 2013). Os outros nomes, como do mexicano Mario Pani, o estadunidense Clarence Stein ou o finlandês Alvar Aalto, apesar dos importantes trabalhos à época e de serem respeitados em seus respectivos contextos, com boa projeção internacional, mantinham pouca relação com os arquitetos brasileiros e menos ainda com o arquiteto de confiança do Presidente.

A composição final do júri ficou assim definida: Israel Pinheiro (engenheiro civil, deputado federal, presidente da Novacap), como presidente do Júri (sem direito a voto); William Holford (urbanista, Inglaterra) e André Sive (arquiteto, França), representantes estrangeiros; Stamo Papadaki (Estados Unidos) e Oscar Niemeyer, representantes da Novacap; Hildebrando Horta Barbosa, representante do Clube de Engenharia; Paulo Antunes Ribeiro, representante do IAB. Os juízes efetivamente escolhidos para o jogo, à exceção do próprio Oscar Niemeyer e, em menor nível o britânico William Holford, tinham pouca expressividade no meio profissional. Os membros do júri atuaram de forma alinhada com o espírito de síntese proposto no edital, sob a hábil e discreta, porém forte presença de Oscar Niemeyer - discrição quebrada apenas anos depois quando, na publicação de suas memórias, descreveu de forma anedótica e jocosa episódios dos bastidores do julgamento (BRAGA, 2010; BRAGA, 2011). Stamo Papadaki havia publicado a primeira monografia internacional de Oscar Niemeyer anos antes. A aparente sintonia entre os membros do Júri foi quebrada apenas pelo arquiteto Paulo Antunes Ribeiro.

Os planos do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), de realizar um concurso para o Plano Piloto e para as principais obras de arquitetura, não foram concretizados. O concurso foi realizado apenas para o projeto urbano (em que a notoriedade de Lucio Costa também teve seu peso, uma vez que não houve anonimato no concurso) e as obras monumentais foram encomendadas a Niemeyer. Sua presença e o culto à genialidade que se promovia em torno do arquiteto, não apenas afetaram o concurso que escolheu o projeto urbanístico para o Plano Piloto, mas todos os concursos que poderiam ter sido realizados para os principais edifícios públicos da nova capital nas décadas seguintes.

O que se conjectura, enfim, é que Juscelino Kubitschek, diante das pressões dos arquitetos, aceitou promover o concurso sob determinadas condições. A principal delas certamente foi a de não perder o controle do processo. Não havia tempo nem ambiente político para surpresas desagradáveis ou impasses que impedissem ou retardassem a materialização do grande projeto político. Nesse sentido, a escolha da comissão julgadora era determinante para que se alcançasse tal objetivo.

De todas as dúvidas, uma certeza: qualquer que fosse o plano escolhido, os edifícios mais importantes seriam projetados por Oscar Niemeyer. Esse foi outro importante ponto de divergência entre a proposta de edital do IAB e o que foi de fato implementado. De acordo com o item 23 do edital:

A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, considerando que o planejamento de edifícios escapa ao âmbito deste concurso, decidiu que os projetos dos futuros edifícios públicos serão objeto de deliberações posteriores". (IAB-SP, 1956)

Em fevereiro de 1958, já no contexto das obras aceleradas da Nova Capital projetada por Lucio Costa, Oscar Niemeyer retomaria o assunto em seu notório texto “Depoimento”, publicado na revista *Módulo* (n.09) e depois republicado na *Acrópole* (n.237, Julho de 1958). Nesse texto, Niemeyer, além da autocrítica sobre o que considerava suas imposturas projetuais do passado, procurava justificar como “natural” a encomenda recebida do Presidente da República, que havia lhe reservado “apenas a tarefa de projetar os edifícios governamentais”:

... E agora prossigo, nos prédios de Brasília, aos quais dedico toda atenção, não só por se tratar de obra de grande importância como, também, pelas ocorrências anteriores ao seu desenvolvimento, quando me recusei a aceitar a elaboração do Plano Piloto, pois, juntamente com o Instituto de Arquitetos do Brasil, trabalhava no sentido da organização do concurso público, reservando-me apenas a tarefa de projetar os edifícios governamentais. Incumbência que nada mais era senão a continuação natural dos trabalhos que, desde 1940, vinha realizando, ininterruptamente, para o prefeito, o governador e, finalmente, o presidente Juscelino Kubitschek.” (NIEMEYER, 1958, p.6)

O desejado equilíbrio entre o projeto para o plano piloto e os projetos para os principais edifícios (assim como a afinidade entre seus autores) não aparecia explicitamente como critério de julgamento no edital ou como uma das premissas do concurso. No entanto, não se pode negar que a empatia entre os projetos de arquitetura e de urbanismo e entre seus respectivos autores, assim como a notoriedade de ambos, eram aspectos desejados pelos patrocinadores do jogo e foram fundamentais para garantir a “continuação natural dos trabalhos” e a segurança do processo, desejadas por JK.

Os projetos premiados no concurso para o Plano Piloto não foram publicados na revista *Acrópole* na ocasião do resultado (a *Módulo*, naturalmente, dedicou edição especial ao concurso – certamente a publicação mais completa sobre um concurso no Brasil; a *Habitat* e a *Arquitetura e Engenharia* publicaram alguns dos projetos premiados).

O “silêncio” da *Acrópole* seria quebrado apenas três anos depois, em 1960, quando foi publicada edição especial (em português e inglês) na ocasião da inauguração de Brasília (n.256, fevereiro de 1960). Naquela edição, no texto intitulado “Porque Brasília”, Eduardo Kneese de Mello (MELLO, 1960) - em um texto ufanista, que exalta o espírito Bandeirante e está carregado de preconceitos contra a cultura autóctone originária do Brasil - destaca a qualidade do projeto de Lucio Costa e elogia a escolha de Oscar Niemeyer como autor dos principais edifícios.

Jorge Wilhelm (que foi um dos concorrentes do concurso e cujo projeto não foi premiado), por outro lado, em seu texto “Brasília 1960, uma interpretação”, publicado no mesmo número da *Acrópole*, apresenta uma série de ricas reflexões, que incluem a pertinência ou não da transferência da capital; a escolha do sítio e, finalmente, a sua crítica sobre a escolha do projeto vencedor e demais projetos premiados. De acordo com o autor, os concorrentes em geral idealizaram Brasília como um gesto, negligenciando “fatores sociais e econômicos que dão vida à cidade”. O autor defendia um projeto que permitisse um crescimento orgânico, em que “o espírito da vida urbana se definiria mais espontaneamente, como resultado do diálogo entre o monumental e o cotidiano”, mas admitia que tal visão “não correspondia à necessidade política de uma mudança rápida”. Por isso, reconhece que o projeto de Lucio Costa “era pelo menos o único que atendia à conjuntura política.” (WILHEIM, 1960, p.39). Além de apreciações sobre o projeto, Wilhelm comenta e critica, de forma criteriosa, aspectos da cidade que já se formava e que estava sendo inaugurada (e já desvirtuada), destacando em especial o problema da habitação precária e da exclusão social de grande parte da população

trabalhadora. Finalmente, Wilhelm apresenta análise (em grande parte elogiosa) sobre os projetos de Oscar Niemeyer para os edifícios monumentais de Brasília, reconhecendo o seu nome como natural para a autoria dos projetos monumentais, apesar de sutilmente cobrar certa descentralização para os demais projetos da nova capital. Não foram localizados outros registros de arquitetos que tenham se manifestado de maneira enfática, à época (nas revistas estudadas), contra a contratação de Oscar Niemeyer para os edifícios monumentais de Brasília.

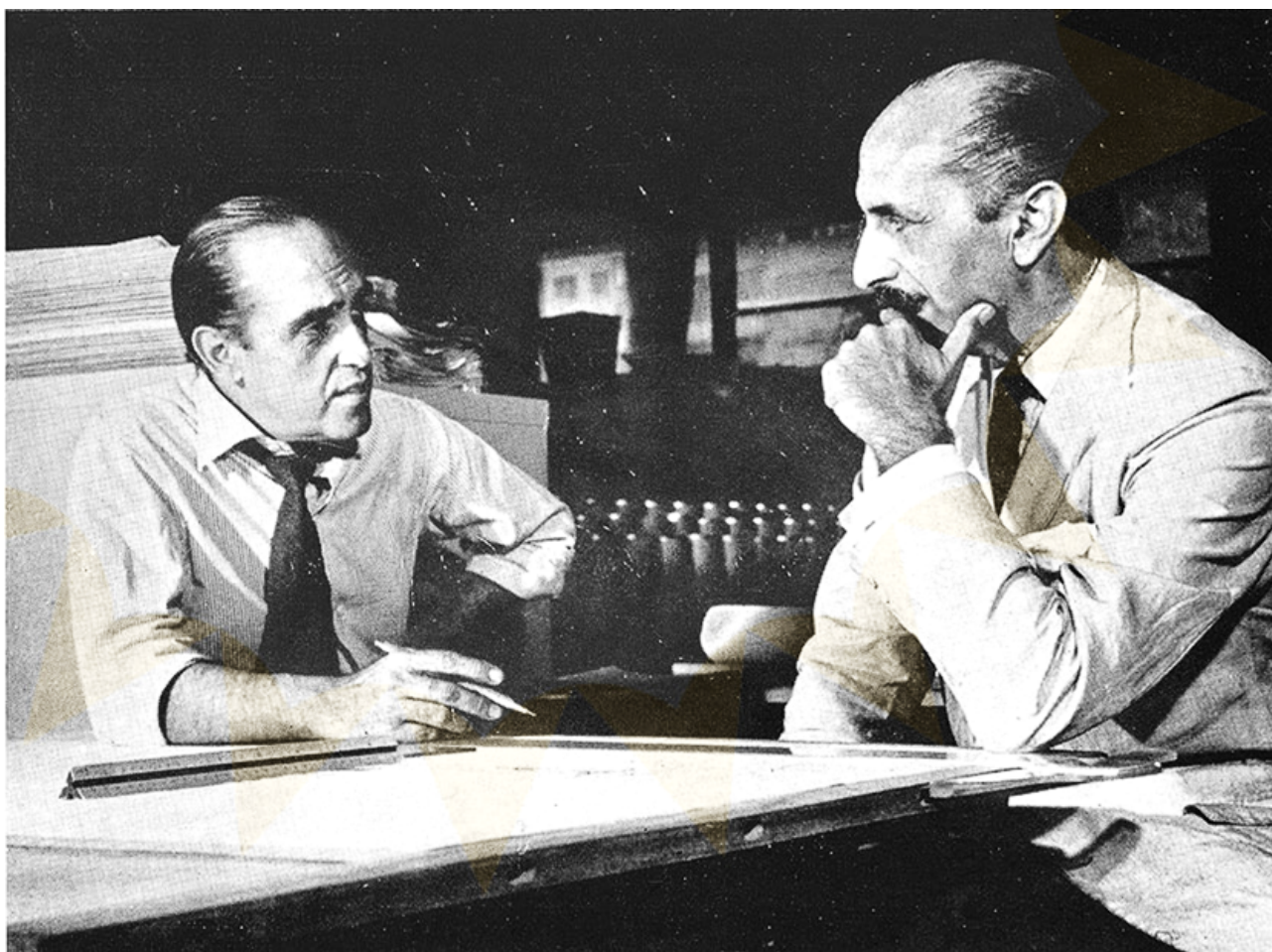


Figura 8: Oscar Niemeyer e Lucio Costa.

Fonte: (*Acrópole*, n. 256, fevereiro de 1960. Edição Especial Brasília).

Certamente, o tempo político e a complexidade dos eventos foram determinantes para que o exercício democrático do concurso não fosse aplicado nas principais obras de Brasília. Além disso, Niemeyer já havia demonstrado ao principal patrocinador (e ao campo profissional) as credenciais necessárias. Brasília, resultado de um concurso controverso, foi construída e se tornou Patrimônio Cultural da Humanidade. Os edifícios monumentais se tornaram ícones e alguns são considerados obras-primas de Niemeyer e da Arquitetura Brasileira. Não houve concursos para a maioria dos edifícios públicos da cidade.

Além da participação como júri no concurso para o Plano Piloto, Oscar Niemeyer havia sido membro da comissão julgadora do concurso para a sede do IAB-SP, em 1946. O resultado proposto pelo júri naquele concurso foi o projeto colaborativo, elaborado pelos autores das propostas selecionadas, entre eles Rino Levi, que coordenou os trabalhos de desenvolvimento do projeto executivo. Esse mesmo formato “colaborativo”, conforme já mencionado, foi experimentado por Niemeyer no projeto para a Sede da ONU e foi a saída sugerida pelo membro dissidente do júri do concurso para o Plano Piloto, Paulo Antunes Ribeiro, representante do IAB, diante de sua discordância em relação ao resultado e ao processo de julgamento (BRAGA, 2010; TAVARES, 2014).

Em 1971 Niemeyer ainda participou como membro do júri do concurso internacional para o Centre Beaubourg (Pompidou), em Paris, que teve a participação de 681 concorrentes, de 49 países. Os vencedores do concurso foram os então jovens arquitetos Richard Rogers (37), Renzo Piano (33) e Gianfranco Franchini (32). Paulo Mendes da Rocha foi um dos finalistas.

Nas décadas seguintes à inauguração de Brasília (inclusive durante a ditadura militar) a presença de Oscar Niemeyer continuou influenciando a decisão dos gestores, que raramente optaram pelos concursos. A legislação brasileira aprovada no início dos anos 1990 (Lei 8.666/1993) e ainda vigente, se por um lado sugere que o concurso é a “modalidade preferencial” para a contratação de projetos (Art. 13), também admite a contratação por “notória especialização” (Art. 25), termo jurídico para o que a profissão define como “genialidade”, artifício utilizado em diversas ocasiões pela Administração Pública para a contratação direta de Niemeyer e outros “notórios especialistas” (sem concursos ou outro meio competitivo).

Em 2018, no documentário intitulado “Flor do Cerrado”, sobre a Torre Digital, projeto de Niemeyer construído em Brasília, também contratado sem concursos ou licitações (obra concluída em 2012, ano do falecimento do arquiteto), a arquiteta e professora Sylvia Ficher comenta:

Durante cinquenta anos ele vai ser responsável pelas principais obras públicas de arquitetura. Então tem um arquiteto que é dono do principal mercado arquitetônico do país... a meu ver, prejudicando o conjunto dos arquitetos brasileiros. (CAZARRÉ, 2018)

No mesmo documentário, o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, ao ser questionado sobre a contratação do projeto da Torre Digital sem concursos, ironiza:

Sinceramente, eu acho até ridículo (...) essa ação que eu respondo por ter dispensado a licitação para contratar Oscar Niemeyer. Eu vou fazer uma licitação pro Oscar ter que participar da licitação... Imagina se essa regra valesse pro Juscelino. Até hoje ele estaria projetando Brasília. (...) Sobre os arquitetos que discutem o monopólio do Oscar, eu digo o seguinte: eu também gostaria de ter estado no lugar do Pelé lá na copa de 58... eu só não tenho a genialidade dele com a bola no pé, só isso. (CAZARRÉ, 2018)

CONCLUSÕES: CORPORATIVISMO E CULTO À GENIALIDADE

A “onipresença” de Oscar Niemeyer no meio arquitetônico brasileiro e o “culto à genialidade” praticado pela profissão (e adotado pelos gestores), foram determinantes para a ausência de uma política pública de contratação de projetos baseada nos concursos de arquitetura no Brasil.

No entanto, não se pode atribuir a Oscar Niemeyer (que nunca se manifestou publicamente contra os concursos), sua capacidade criativa e inventividade, a falência do sistema de concursos no país. A profissão, que cultuou o gênio e que utilizou o concurso apenas quando conveniente (e muitas vezes de forma corporativa), é certamente a principal responsável.

Entre os anos 1930 e 1970, em algumas oportunidades em que a profissão se manifestou sobre a opção entre o concurso e a contratação direta, a última prevaleceu. Este foi o caso do artigo publicado em 1962 pelo respeitado arquiteto Eduardo Corona (principal articulista da revista *Acrópole* e colaborador de Oscar Niemeyer em alguns projetos), intitulado “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto”:

O principal aspecto negativo que deve ser observado é o do concurso em si mesmo. Isto é, nem sempre é recomendável um concurso. Não é toda e qualquer realização arquitetônica que deve requerer um concurso. O concurso deve ser levado a efeito na medida que ofereça aos arquitetos e à sociedade um problema novo, uma solução diferente para o tema social e arquitetônico ao mesmo tempo ou uma obra de grande interesse público. (...) No demais, é necessário que o cliente, o particular ou o governo, tenha confiança no desempenho profissional do arquiteto, lhe dê diretamente o trabalho, da mesma forma que nós outros agimos em relação aos demais profissionais liberais. (CORONA, 1962, s.n.p).

No mesmo ano, também na *Acrópole* (n.287, outubro de 1962), foi publicado texto do arquiteto Sylvio de Vasconcellos (também prestigiado nos meios acadêmico e profissional, em especial em Minas Gerais):

...depois de larga experiência no assunto, convenci-me da inconveniência total dos concursos de arquitetura, concursos aliás que nenhuma outra profissão adota, salvo em caso de provimento de cargos... O concurso é ainda uma reminiscência dos salões, do academismo e das belas artes, que nenhuma vantagem traz à profissão, expondo-a a situações desagradáveis que, mesmo beneficiando a um ou outro profissional, prejudica sensivelmente aos demais (VASCONCELLOS, 1962, p. 304).

Curiosamente, em todo esse período, a tomada de posição mais enfática em defesa dos concursos não veio da profissão. O já mencionado crítico e jornalista Geraldo Ferraz (editor da *Habitat*) foi um dos poucos que em mais de uma ocasião defendeu o concurso. No mesmo texto, mencionado anteriormente, publicado em 1956, Ferraz, depois de defender incondicionalmente o concurso, convoca os arquitetos a fazerem o mesmo:

O que visa o articulista é uma ‘ação’ e não apenas um palavreado sem função no tempo. A mesma questão de moralidade, política, administrativa, de relações humanas, que está no impulso de toda melhora na vida coletiva, organizada em instituições e em associações, leva-nos a reclamar para o bom funcionamento das atividades criadoras da construção – na arquitetura e no urbanismo, a competição das propostas... A recomendação do IAB não é, portanto, uma recomendação abstrata, inócua, literária – e se ela não se tornou ação, a culpa recai nos próprios arquitetos... (FERRAZ, 1956, p.26)

Em síntese, os diversos eventos marcados pela presença de Oscar Niemeyer na realização (ou no cancelamento) de concursos de arquitetura revelam que o “culto à genialidade” – ou seja, a reverência à individualidade criativa e à notoriedade – foi o argumento hostil mais invocado em oposição ao processo transparente de contratação de projetos por concurso (FICHER, SOBREIRA e LEDES, 2017). Ao longo da história, diante da alternativa entre um controverso certame aberto e a segurança da contratação de um “gênio”, em várias ocasiões o gestor público optou (com a omissão da profissão) pelo segundo caminho. Diríamos, nesse sentido, que o culto à genialidade fez mal Arquitetura Brasileira.

REFERÊNCIAS:

BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília: Sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BRAGA, Aline. **(Im)Possíveis Brasília: Os projetos apresentados no concurso do Plano Piloto da Nova Capital Federal**. São Paulo: Alameda, 2011.

CARDIM FILHO, Carlos. “O Paço Municipal de São Paulo”. **Acrópole**, São Paulo, n.179, mar. 1953.

CAZARRÉ, Érico. **Flor do Cerrado**. Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Hc-wOuSYaxs>> Acesso em 14 ago. 2018.

CHUPIN, Jean-Pierre. Quando julgar é conceber um projeto. In: SOBREIRA, F.; GANEM, R.; ARAÚJO, S. (Org.). **Qualidade e Sustentabilidade do Ambiente Construído**. Brasília: Edições Câmara, 2014. p. 209-221. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/16460>> Acesso em: 5 ago. 2018.

COMAS, Carlos. “Feira Mundial de Nova York de 1939: O Pavilhão Brasileiro”. **Arqtexto**, Porto Alegre, n. 16, p. 56-97, 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/03_CEC.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.

COMAS, Carlos. “Niemeyer e o Maracanã 1936-2011”. **Arqtexto**, Porto Alegre, n.17, p. 16-63, 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_17/02_CC_NIEMEYER%20E%20O%20MARACANA~.pdf> Acesso em 8 ago. 2018.

CONCURSO de projetos para o estádio nacional, **Acrópole**, São Paulo, n.41, set. 1941. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/41>> Acesso em: 5 ago. 2018.

DURAND, José.; SALVATORI, Elena. “A gestão da carreira dominante de Oscar Niemeyer”. **Tempo Social**. São Paulo: USP. Vol. 25, n. 2, pp. 157-80, 2013.

CORONA, Eduardo. “Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto”. **Acrópole**. São Paulo: N.283, Junho de 1962.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

FERRAZ, Geraldo. “Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura”. **Habitat**. São Paulo, n. 26, pp. 23-25, 1956.

FICHER, Sylvia, SOBREIRA, Fabiano e LEDES, Bárbara. “Concursos em revista: contrapontos entre Acrópole e Habitat, 1950 a 1965”. In: X SEMINÁRIO DO COMOMO BRASIL. **Anais...** Uberlândia, 2017.

FICHER, Sylvia. e MACEDO, Danilo. Oscar Niemeyer, arquitetura narrada: Módulo, 1a série, 1955-65. In: **Leituras em Teoria da Arquitetura**. Bronstein et al, Org. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.

FLYNN, Maria Helena. **Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000. Sua contribuição para o desenvolvimento da arquitetura**. São Paulo, FAU/USP, 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

GOODWIN, Philip. **Brazil Builds: Architecture New and Old 1652**. Nova Iorque: Museum of Modern Art, 1943. Disponível em: <https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_2304_300061982.pdf> Acesso em 5 ago. 2018.

GUERRA, Abilio ; CRITELLI, Fernanda. Richard Neutra e o Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, n. 159.00, 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.159/4837>> Acesso em 5 ago. 2018.

IAB-SP (Boletim). "A Nova Capital e os arquitetos". **Acrópole**, São Paulo, n. 209, fev. 1956. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/209>> Acesso em: 5 ago. 2018.

IAB-SP (Boletim). Novamente a Capital Federal. **Acrópole**, São Paulo, n.214, jul. 1956. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/214>> Acesso em: 5 ago. 2018.

IAB-SP (Boletim). Entrevista concedida pelo arquiteto Garcia Roza ao jornal Última Hora. **Acrópole**, São Paulo, n. 215, ago. 1956. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/215>> Acesso em: 5 ago. 2018.

KUBITSCHKE, Juscelino. "Os caminhos da Providência". Entrevista. **Módulo**. Rio de Janeiro: n.41, 1975.

MACEDO, Danilo. **As obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais 1939-1955**. Brasília: Edições Câmara, 2008.

MACEDO, Danilo; SOBREIRA, Fabiano (Org.) **Forma Estática - Forma Estética: Ensaios de Joaquim Cardozo sobre Arquitetura e Engenharia**. Brasília: Edições Câmara, 2009.

MELLO, Eduardo. Porque Brasília. **Acrópole**, São Paulo, n. 256, fev. 1960. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/372>> Acesso em: 5 ago. 2018.

MONDADORI, A. (Edit.) **Oscar Niemeyer**. Roma: Gruppo Creazioni Editoriali, 1975.

MORI, R. **Centro Técnico de Aeronáutica. Do concurso de anteprojetos aos edifícios esquecidos de Niemeyer**. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://issuu.com/renatabmori/docs/issuu>> Acesso em: 8 ago. 2018.

NIEMEYER, Oscar. "Depoimento". **Módulo**, Rio de Janeiro, n. 09, fev. 1958. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 5 ago. 2018.

NIEMEYER, Oscar. **Minha Arquitetura**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

OPINIÕES e diretrizes do Presidente da República. **Habitat**, São Paulo, n. 31, jun. 1956.

PEREIRA, Miguel. **Arquitetura, texto e contexto. O discurso de Oscar Niemeyer**. Brasília: Editora UnB, 1997.

QUINCY, Quatremère. **Encyclopédie Méthodique – Architecture**. Tomo II (Concours). Paris, 1801. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k857195>> Acesso em 6 ago. 2018.

SANTOS, Cecília. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Projeto Editora, 1987.

SEGRE, Roberto. **Ministério da Educação e Saúde. Ícone urbano da modernidade brasileira**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2013.

SILVA, Elcio. **Os palácios originais de Brasília**. Brasília: Edições Câmara, 2014.

SILVA, Elcio. **Nações Unidas e Congresso Nacional, conexões e preservação**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

SOBREIRA, Fabiano. Concursos de projeto: instrumentos para a qualidade e a sustentabilidade da arquitetura e dos espaços públicos. In: **Qualidade e Sustentabilidade do Ambiente Construído**. Edições Câmara, Brasília, 2014.

SOBREIRA, Fabiano.; WANDERLEY, Vanessa. Concursos de arquitetura no Brasil de 2005 a 2014: Breve panorama analítico. **Arquitextos**, São Paulo, n. 181.05, jun. 2015. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.181/5598>> Acesso em: 6 ago. 2018.

SOBREIRA, Fabiano. e RIBEIRO, Paulo. "O lugar dos concursos na propaganda da Arquitetura Moderna Brasileira: registros e análises das revistas Acrópole e Módulo entre 1955 e 1965". **11º Seminário Nacional Docomomo**. Anais. Recife, 2016.

TAVARES, Jeferson. **Projetos para Brasília: 1927-1957**. Brasília: Iphan, 2014.

VASCONCELLOS, SYLVIO. "Carta resposta ao artigo Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto". **Acrópole**, São Paulo, n. 287, p. 344, out. 1962. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/287>> Acesso em: 5 ago. 2018.

WILHEIM, Jorge. "Brasília 1960, uma interpretação". **Acrópole**, São Paulo, n. 256, fev. 1960. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/372>> Acesso em: 5 ago. 2018.